

TEORIAS DA APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APROXIMAÇÕES DA TEORIA DE PAULO FREIRE E PIERRE BOURDIEU

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-291>

Data de submissão: 21/10/2024

Data de publicação: 21/11/2024

Clécia de Oliveira Cavalcanti Patrício

IFPB – Paraíba

E-mail: clecia.patricio@academico.ifpb.edu.br

Simone de Andrade Lima Santana

IFPB – Paraíba

E-mail: simone.andrade@academico.ifpb.edu.br

Andréa de Lucena Lira

IFPB – Paraíba

E-mail: andrea.lira@ifpb.edu.br

André Vinicius Pimentel da Costa

IFPB – Paraíba

E-mail: andre.pimentel@academico.ifpb.edu.br

Regina de Fátima Freire Valentim Monteiro

IFPB – Paraíba

E-mail: regina.monteiro@ifpb.edu.br

RESUMO

O texto analisa a evolução histórica e teórica da educação inclusiva, destacando as contribuições de Paulo Freire e Pierre Bourdieu para a inclusão de pessoas com deficiência. A pesquisa explora a intersecção entre suas teorias e a prática educacional inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Teorias Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A história da pessoa com deficiência ao longo dos tempos é marcada por uma evolução significativa, mesmo que em muitos momentos lenta, nas percepções, tratamentos e direitos. Conforme destaca Jannuzzi (2004), encontramos na história do Brasil momentos em que as crianças que apresentavam deficiências consideradas severas recebiam atenção diferenciada, sendo encaminhadas para instituições especializadas. Tal situação refletia um investimento limitado no campo da educação, especialmente no que se refere aquela destinada às pessoas com deficiência. Jannuzzi (2004) ainda aponta que havia uma tendência social de 'proteção' contra a presença de pessoas com deficiência, evidenciada inclusive em documentos oficiais, como a Constituição de 1824 do Brasil, que explicitamente excluía esses indivíduos do exercício de direitos políticos.

É possível ver um avanço, no decorrer da história, da situação das pessoas com deficiência que foram, durante muito tempo, excluídas e que através de legislações e marcos conceituais tiveram direitos assegurados. Podemos mencionar, a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2009) que introduz mudanças fundamentais na conceituação de deficiência, enfatizando a dignidade e a independência como direitos inalienáveis. E anos mais tarde a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Brasil, 2015) equipara direitos civis, promovendo capacidade legal e, conseqüentemente, autonomia moral às pessoas com deficiência. Quando trazemos a questão para a área exclusiva da Educação, temos alguns marcos importantes como a Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) que assegura aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o direito à educação pública, preferencialmente, na rede regular, contando com os apoios necessários, com suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008) que delinea diretrizes e parâmetros para a oferta desta modalidade educacional.

A promoção de uma sociedade mais justa e igualitária é fortemente apoiada pela educação inclusiva. No entanto, para alcançar uma verdadeira inclusão educacional, é necessário compreender e aplicar teorias pedagógicas que não apenas reconheçam, mas também valorizem a diversidade e busquem a equidade. De acordo com Carvalho (2014, p. 19), o processo de reflexão sobre as teorias educacionais “induz-nos, de imediato a pensar nas relações entre teoria e prática, texto e contexto, reflexão e ações efetivas buscando análises, compreender as interferências que as correntes de pensamento sobre a educação exercem na prática pedagógica de nossas escolas”, uma tarefa complexa e abrangente. Esta autora também destaca que a ideia da inclusão educacional tem como premissa melhorar as respostas educativas das escolas para todos, em qualquer das ofertas educacionais e para isso faz necessário “remover barreiras para aprendizagem e participação de qualquer aluno,

independente de suas características orgânicas, psicossociais, culturais, étnicas ou econômicas” (Carvalho, 2014, p. 111).

Ressalta-se, pois, que o movimento de Educação inclusiva não se baseia apenas no atendimento aos estudantes com deficiências. Mas também opera na perspectiva de atender a todas as diversas demandas presentes no ambiente escolar, considerando cada subjetividade humana, buscando a garantia de condições de acesso, permanência e aprendizagem, sem preconceitos e com valorização das diferenças, ou seja, seguindo um percurso na contramão do capitalismo e da sociedade segregadora em que vivemos (Andrade; Damasceno, 2017; Carvalho, 2014).

Nesse contexto, as perspectivas críticas e complementares de Paulo Freire e Pierre Bourdieu são fundamentais. Paulo Freire enfatiza a importância da pedagogia crítica e da educação como prática de liberdade, fornecendo um conjunto de ideias que nos ajuda a entender como a educação pode ser utilizada como uma ferramenta para emancipar e capacitar grupos marginalizados. Suas concepções sobre diálogo, conscientização e rejeição, do modelo educacional tradicional, são cruciais para o desenvolvimento de estratégias educacionais que respeitem e promovam a individualidade dos estudantes, aspectos fundamentais na educação inclusiva. Por outro lado, Pierre Bourdieu oferece uma perspectiva sociológica profunda sobre como as estruturas sociais e culturais influenciam a educação. Seus conceitos de capital cultural, habitus e violência simbólica nos ajudam a compreender as barreiras invisíveis enfrentadas pelos alunos no sistema educacional.

Este artigo possui discussão teórica sobre os autores Pierre Bourdieu e Paulo Freire e suas aproximações com a educação inclusiva, com um enfoque nos alunos com deficiências, que fazem parte (de uma parcela) dos grupos sociais historicamente excluídos/segregados dos espaços educacionais brasileiros.

Debater acerca da inclusão escolar, seja de estudantes com deficiências ou não, é indispensável para a implementação de um sistema educativo mais acolhedor, humano e solidário, pois refletir sobre possibilidades de escolas voltadas para as demandas de aprendizagens diversificadas, que fogem do “padrão da homogeneidade”, também é falar de democratização do ensino (Andrade; Damasceno, 2017, p. 217).

As **teorias da aprendizagem** e a **educação inclusiva** são campos amplos e complexos, e a conexão entre elas pode ser enriquecida por diferentes abordagens teóricas. Ao analisar as contribuições de Paulo Freire e Pierre Bourdieu para a educação, podemos identificar pontos de interseção que ajudam a compreender melhor a dinâmica da aprendizagem e os desafios da inclusão educacional.

2 OBJETIVO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as interseções e sinergias entre as teorias de Paulo Freire e Pierre Bourdieu, com foco específico na aplicação destas teorias no contexto da educação inclusiva e suas possíveis relações com a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar.

3 METODOLOGIA

O presente estudo, trata-se de um artigo de reflexão teórica, um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa, fundamentado em conceitos tratados por Paulo Freire e Pierre Bourdieu, traçando um paralelo com a inclusão de pessoas com deficiência. De acordo com Severino (2013), pesquisa bibliográfica é a pesquisa baseada em dados existentes obtidos em pesquisas anteriores, documentos impressos como livros, artigos, teses, etc. Utiliza informações ou categorias teóricas já discutidas por outros pesquisadores e devidamente registradas.

Assim, para o presente estudo foi construído um aparato teórico, com o qual foi possível compreender e sintetizar conceitos básicos da teoria de Paulo Freire e Pierre Bourdieu e contribuições específicas para o campo da educação inclusiva, com ênfase nas relações que se desenvolvem no ambiente educacional no tocante aos alunos com deficiência.

Para esse fim, desenvolveu-se a discussão em momentos sequenciados separados em quatro blocos no intuito de favorecer a reflexão sobre conceitos básicos dos teóricos em questão e relacioná-los com a prática da inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Nas duas primeiras seções, temos uma discussão em torno de Paulo Freire, expondo brevemente sua pedagogia tendo por base obras importantes de sua autoria, e posteriormente, tratado sobre possíveis aproximações de sua pedagogia com a educação inclusiva. Na terceira seção discorre-se de forma breve sobre a estrutura teórica de Pierre Bourdieu, abordando a temática da educação e do capital cultural, relacionando-os com o conceito *habitus* presente na estruturação de sua teoria. Nesta seção também há a discussão desses conceitos com a educação inclusiva e com o público da pessoa com deficiência. Na quarta seção apresenta-se algumas das aproximações existentes entre os dois teóricos.

Cabe ressaltar que a organização metodológica proposta por este trabalho não teve a pretensão de esgotar os conceitos elencados por cada um desses teóricos, mas sim fazer uma breve caracterização da importância de seus conceitos e das possíveis relações que estabelecem com a inclusão escolar de pessoas com deficiência.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE

Nascido em Recife em 19 de setembro de 1921, Freire foi um educador e filósofo que cresceu em uma época de crise econômica e fome que foi a Grande Depressão de 1929 e isso teve grande impacto em suas ideias e na forma como ele lidou com a educação. Foi professor de língua portuguesa e aos poucos foi sendo envolvido em atividades educacionais ligadas a adultos que não tiveram a oportunidade de serem alfabetizados. No período da ditadura militar brasileira, ele foi preso e teve que viver no exílio, trabalhando em países como, por exemplo, Chile e Suíça, onde envolveu-se com organizações internacionais em projetos que envolviam desenvolvimento e educação. Freire retornou ao Brasil em 1980 e continuou com suas práticas pedagógicas.

Paulo Freire, um dos maiores pensadores brasileiros da educação, é amplamente conhecido por sua abordagem crítica à educação tradicional, que ele via como opressora e alienante. Sua teoria pedagógica se baseia em uma educação dialógica, que considera o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem. A **educação freiriana** busca promover a conscientização dos indivíduos sobre sua realidade social e política (o que ele chamava de "conscientização") e propõe uma educação libertadora, voltada para a transformação social.

Freire (2013) fez críticas ao modelo tradicional de educação, que foi chamado por ele de "educação bancária", em tal modelo o conhecimento é transmitido do professor para o estudante favorecendo a condição de opressão. E para contrapor à educação tradicional, ele propôs um modelo de educação problematizadora com base no diálogo e na colaboração e afirmou que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (Freire, 2013, p. 85). Esta abordagem enfatiza o caráter colaborativo e dialógico do processo de aprendizagem, em que tanto educador quanto educando são partícipes ativos em uma dinâmica de intercâmbio contínuo. A pedagogia freiriana, intrinsecamente política, sustenta a premissa de que a educação transcende a neutralidade, engajando-se ativamente na construção da realidade social.

Ele argumentou em "Pedagogia do Oprimido" que "a educação é um ato de amor, e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa" (Freire, 2015, p. 111). Essa ideia ressalta a educação como um processo de criação e reflexão, em vez de apenas absorção de informações, o que a tornaria restrita como mencionada anteriormente na educação bancária.

A abordagem de Freire também é profundamente enraizada na realidade social e política. Ele defende que a educação não deve ser neutra, mas sim um meio de transformação social. Como Freire afirma em "Pedagogia da Autonomia", "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as

possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (Freire, 1996, p. 47). Esta ideia destaca a educação como um ato de criação e reflexão, e não apenas de absorção de informações, o que a limitaria levando ser a educação bancária mencionada anteriormente.

De acordo com Freire (1979, p. 20)

Uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz com muita frequência a educação em vigor num grande número de países do mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha.

Paulo Freire foi proponente da "Pedagogia Libertadora" e esta designação está baseada em suas próprias palavras e obras, como por exemplo, em "Pedagogia do Oprimido" (Freire, 2013), onde encontramos uma visão de uma educação emancipadora e que conscientiza os oprimidos. Freire (2013) define a educação como uma prática de liberdade, oposta à ideia bancária de educação, que ele critica por transformar os estudantes em meros receptores passivos. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (Freire, 2013, p. 7).

Precisamos salientar que embora a Pedagogia Libertadora de Freire seja um aspecto da Educação Crítica mais ampla, seu foco é especificamente na libertação dos oprimidos por meio da educação. Portanto, falar de Freire em relação à Pedagogia Libertadora é mais preciso do ponto de vista de sua contribuição específica para a teoria educacional.

A influência de Freire na educação crítica é vastamente reconhecida e seus ideais continuam a ser aplicados em diversos contextos educacionais internacionais. De acordo com Giroux (2013), a pedagogia crítica de Freire oferece uma "linguagem de possibilidade" para um futuro mais justo e igualitário.

O trabalho de Freire teve um impacto significativo não somente na questão da educação, mas também nas abordagens pedagógicas adotadas globalmente. Sua visão de uma educação emancipadora continua a motivar professores que buscam promover a igualdade social e capacitar seus alunos.

4.2 PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A concepção freiriana proporciona uma valorosa contribuição na questão da inclusão de estudantes com deficiência nas escolas pelo fato de trazer à tona o diálogo, a reflexão crítica e a emancipação como ferramentas importantes no processo de ensino-aprendizagem. Freire, como

mencionamos anteriormente, defende uma educação que transcende a transmissão tradicional de conhecimento, promovendo uma relação entre professor e estudante na qual ambos aprendem e ensinam no mesmo momento. Na educação inclusiva contemporânea, tal enfoque é importante devido à valorização das diferenças das pessoas e a construção de um ambiente de aprendizagem que promova a colaboração. Freire (2013), traz a educação como libertação tendo a capacidade de mudar realidades, permitindo não só uma inclusão de estudantes com deficiência no âmbito, mas que essa inclusão aconteça também no aspecto social e cognitivo. E dessa forma, a aplicação dos princípios freirianos na educação inclusiva pode contribuir significativamente para a criação de ambientes educativos mais justos e igualitários.

A abordagem educacional de Paulo Freire, que é crítica e libertadora, com foco na interação e na construção colaborativa do conhecimento, estabelece uma base sólida para a implementação de métodos educacionais inclusivos. Temos ideias em Freire, particularmente as que encontramos em sua obra "Pedagogia do Oprimido", que nos levam a pensar bastante nos princípios de uma educação inclusiva que busca empoderar todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou origens.

Freire (2013) argumentou que a educação deve ser um ato de descoberta coletiva, onde educadores e alunos colaboram em um ambiente de respeito mútuo e aprendizagem contínua. A partir do exposto, podemos ver a importância de Paulo Freire na questão da inclusão de estudantes com deficiência em sala de aula comum, já que de acordo com sua teoria, as diferenças não são apenas toleradas, mas são tidas como oportunidades para o enriquecimento mútuo. Ao fazer uso de técnicas oriundas do pensamento freiriano, os professores podem estabelecer um espaço mais democrático e inclusivo, algo necessário para atender às necessidades de estudantes tão diversos. Ao levarmos isso em consideração, é necessário considerar o desafio de tornar acessíveis as oportunidades de aprendizagem que promovam a superação da condição de ingenuidade, através da aquisição de uma leitura crítica do mundo que estimule a mobilização e o engajamento na defesa de direitos.

Freire enfatiza a importância de um ensino que respeite as vivências, os conhecimentos e as realidades dos alunos. Nesse sentido, a educação inclusiva freiriana não se refere apenas a garantir que todos os alunos estejam na escola, mas a garantir que todos possam participar de maneira ativa e significativa, independentemente de sua condição social, cultural ou de aprendizagem.

Freire propõe a **educação como um ato de liberdade**, em que os sujeitos não são apenas receptores passivos do conhecimento, mas sujeitos que constroem conhecimento em uma relação dialógica. A inclusão, para ele, passa pela eliminação das barreiras sociais e culturais que excluem determinados grupos (como pessoas com deficiência, minorias étnicas ou socioeconômicas) e pela criação de um ambiente que favoreça a participação ativa de todos.

Diante de tudo isso, temos a apropriação da linguagem como instrumento de interação social que emerge como um elemento crucial, postulando a linguagem como via para o exercício da cidadania, conforme trazido por Freire (2011). E tal concepção de alfabetização de Freire, que transcende a uma simples assimilação de palavras sem seus contextos significativos, permite que todas as pessoas, tenham elas deficiência ou não, a aprendizagem de sua língua e o conhecimento de mundo através da leitura. Para Freire (2013), a alfabetização é entendida como o culminar de um processo emancipatório, uma investigação profunda sobre a riqueza da linguagem, do pensamento e da cultura popular.

4.3 A TEORIA CRÍTICO REPRODUTIVISTA DE PIERRE BOURDIEU: A ESCOLA COMO MEIO DE REPRODUÇÃO

Pierre Bourdieu (1930-2002) importante pensador francês, considerado um renovador da Sociologia, foi um importante pensador da educação no século XX e desenvolveu, a partir dos anos 60, uma resposta original, bem fundamentada e abrangente para problema das desigualdades escolares (Nogueira; Catani, 2007; Ramos, 2020).

Pierre Bourdieu contribui com uma perspectiva crítica sobre o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais. Para Bourdieu, a **educação** é um dos principais mecanismos através dos quais a sociedade mantém as suas estruturas de poder e as desigualdades sociais. A escola, sob essa ótica, não é um espaço neutro, mas sim um espaço onde as normas culturais e as habilidades valorizadas pela classe dominante são impostas, reforçando as diferenças entre os grupos sociais.

Bourdieu analisou a escola numa perspectiva crítica e quebrou com a antiga lógica de que a educação era tida como forma de elevação cultural sem relação com as tensões sociais. Segundo Ramos (2020, p. 12), antes da teoria de Bourdieu,

pensava-se que a escola pública e gratuita resolveria tanto o problema da falta de acesso à educação quanto o da desigualdade de oportunidades, ou seja, por intermédio da escola, os sujeitos poderiam competir em condições de igualdade dentro do sistema de ensino; aqueles cujo desempenho, por seus dons individuais, tivesse destaque, pela lógica de justiça, avançariam em suas carreiras escolares e, conseqüentemente, ocupariam posições mais elevadas na hierarquia social. Tratava-se, portanto, de uma percepção da escola como sendo uma instituição neutra (Ramos, 2020, p. 12).

A teoria bourdieusiana demonstrou que os sistemas educacionais funcionam como mecanismo de reprodução e legitimação das desigualdades sociais, mascarando-as com a ideia de mérito. Assim, a instituição escolar deixou de ser vista com tanto otimismo, uma vez que foi destacado aspectos perversos no exercício do poder e nas violências simbólicas nela praticadas. A forma que o sujeito se inscreve na vida é dimensionado por estruturas que estão atreladas a um jogo de dominação

e reprodução. Assim, quando se pensa nos estudantes, deve-se compreender que esses agentes ingressam na escola em diferentes situações, sendo o ponto de partida para o processo de aprendizagem diferente para cada estudante conforme a sua origem social, etnia, sexo, entre outros aspectos. A não reflexão sobre essas questões implica em movimentos geradores e reprodutores das desigualdades sociais.

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais (Bourdieu, 2007a, p. 53).

Neste processo de compreensão da relação entre os sistemas de ensino e a legitimação dos privilégios sociais, é importante esclarecer alguns dos principais conceitos vinculados a teoria bourdieusiana, como o conceito de *habitus*, campo e a descrição dos tipos e efeitos dos capitais (social, econômico, cultural, simbólico).

Seu modelo teórico afirma que a participação das pessoas na sociedade depende da herança social proporcionada pela reprodução constante no ambiente em que vivem. (Nascimento, 2021). De acordo com Bourdieu, os indivíduos teriam incorporado um *habitus* familiar ou de classe, o qual os guiaria ao longo do tempo e em diferentes ambientes de atividade (Ramos, 2020). Concebe, pois, o conceito de *habitus* como “algo que é transponível e integrador de todas as experiências já vividas, podendo tornar possível a execução de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências parecidas de esquemas já experienciados e internalizados” (Bourdieu, 1983 *apud* Nascimento, 2021, p. 3).

Já o conceito de campo em Bourdieu pode ser compreendido como microespaços sociais num espaço social global, microespaços relativamente autônomos e com regras próprias, marcados por disputas e conflitos (Nascimento, 2021). O campo educacional e o campo político ou esportivo podem ser usados como exemplos para essa definição. Nestes campos os agentes disputam diferentes posições de poder e para estas disputas necessitam de recursos e propriedades, que Bourdieu denominou de capitais. Esses capitais se dividem em pelo menos quatro tipos: econômico, cultural, social e simbólico.

O capital econômico como o próprio nome indica se relaciona com bens e riquezas, eo capital social de acordo com Bourdieu (2007b, p. 67), refere-se ao “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas”, em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a um determinado(s) grupo(s). O volume do capital social que um agente individual possui dependendo tamanho da rede de relações que pode

ou consegue mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles que está ligado (Bourdieu, 2007b).

Entre os tipos de capitais, o capital cultural ganha destaque na teoria bourdieusiana quanto ao esclarecimento das desigualdades. Para Bourdieu esse tipo de capital pode existir sob três formas:

no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais (Bourdieu, 2007c, p. 74).

Já o capital simbólico pode ser entendido como um recurso relacionado à honra, ao prestígio em determinado campo.

Pensando no tema inclusão, vemos que todos os sujeitos possuem características e histórias diferentes e que os atores sociais carregam em si elementos históricos que trazem opiniões e experiências coletivas e recursos que influenciam a construção cultural, social e política dos sujeitos. Contudo, Bourdieu destaca que culturalmente, a desigualdade social torna-se uma desigualdade natural. Nesse contexto e com o foco nas pessoas com deficiência, Ribeiro, Simões e Paiva (2017, p. 213) afirmam:

Pessoas com deficiência, que não atendem ao padrão estabelecido pela cultura ideológica de normalidade, foram e são sempre vitimadas por preconceitos, estereótipos e barreiras atitudinais, recebendo o rótulo de limitados e incapacitados, sendo-lhes proibido o exercício de papéis sociais que lhes são de direito.

Apoiado nas reflexões de Bourdieu, fica evidenciado que os sujeitos com deficiência sofrem na maioria das vezes uma dupla exclusão porque, além de muitos, pertencerem às classes desfavorecidas do capital monetário, eles foram negligenciados, esquecidos e privados dos seus direitos sociais e enquanto sujeitos humanos “coexistem com as constantes concepções sociais enfocadas nas deficiências, compreendendo-as como limitações e não como humanos que socialmente foram construídos e limitados pela falta de acesso à própria sociedade” (Ribeiro; Simões; Paiva, 2017, p. 219). Diante desse contexto e tendo em vista um processo educacional mais inclusivo e democrático, percebe-se que essas questões relacionadas às diferentes realidades de acesso ao capital cultural, ao capital econômico, ao capital social e ao capital simbólico não podem deixar de ser refletidas num processo educacional que visa avanços para uma educação mais inclusiva e emancipadora.

Bourdieu utiliza o conceito de **habitus** para se referir aos esquemas de percepção e ação que os indivíduos internalizam a partir das suas experiências sociais e culturais. Esses hábitos e disposições moldam o comportamento e as expectativas das pessoas, influenciando sua maneira de aprender e interagir com o mundo. O **capital cultural**, por sua vez, diz respeito aos conhecimentos, habilidades e bens culturais que um indivíduo adquire ao longo da vida. Alunos de classes sociais mais favorecidas possuem, em geral, maior capital cultural e, conseqüentemente, têm mais facilidade para se adaptar às exigências do sistema escolar.

A teoria de Bourdieu alerta para as barreiras que existem na escola para aqueles que não têm acesso ao capital cultural que a instituição escolar valoriza. Para ele, a escola não é um espaço de igualdade, mas um espaço onde a desigualdade é reproduzida. Nesse contexto, a **educação inclusiva**, para Bourdieu, deve envolver a transformação do sistema educacional, de forma que as diversas formas de capital cultural e as diferentes realidades sociais dos alunos sejam reconhecidas e valorizadas.

A crítica de Bourdieu sugere que a educação inclusiva precisa ir além da simples presença física de alunos de diferentes origens sociais na escola; ela deve se preocupar com a inclusão efetiva, respeitando as diferenças e criando condições para que todos possam acessar e construir conhecimento de forma equitativa.

Embora Freire e Bourdieu venham de tradições teóricas diferentes, há várias aproximações entre suas ideias, especialmente quando se trata de uma reflexão crítica sobre a educação e a inclusão.

4.4 APROXIMAÇÕES ENTRE AS IDEIAS DE BOURDIEU E PAULO FREIRE

Ramos (2020) relata que a tarefa de estabelecer um diálogo entre as teorias sobre a educação de Paulo Freire e Bourdieu não é uma tarefa fácil, dada a complexidade e a extensão das obras de cada um deles, mas em seu trabalho aponta algumas aproximações existentes, principalmente no que se relaciona com ao modelo de sociedade em que a educação acontece, uma sociedade dividida em classes sociais onde predominam explícita ou implicitamente grandes diferenças e desigualdades sociais.

Essas diferenças se dariam pelo efeito produzido de umas classes em relação às outras no acesso e controle a bens sociais comuns, e, sobretudo, pelo controle do poder pelas elites. Em Bourdieu, esse controle seria obtido pela capacidade de posse e manutenção dos diferentes tipos de capitais disponíveis (econômico, cultural, social...), e exerceria uma espécie de dominação sobre as demais classes, determinando, pela exclusividade de capitais específicos, aquilo que é legitimamente reconhecido. Em Freire, a expressão da determinação desse controle de poder das elites seria manifestada, ainda que implicitamente, pela relação de opressão, estabelecendo a existência dos opressores e dos oprimidos (Ramos, 2020, p. 23-24).

Pierre Bourdieu e Paulo Freire se apresentam com uma postura crítica quanto à educação, e apontam que a escola não pode ser vista como uma instância neutra (Ferreira; Souza, 2018). Tais teóricos deixaram um legado teórico que serve para o despertar de muitas reflexões ligadas à área de educação.

A discussão das ideias educativas que o diálogo entre as teorias de Bourdieu e Freire traz para as práticas educativas reforça, assim, a necessidade de romper com práticas acríticas, pois o que elas fazem nada mais é do que afirmar estruturas dominantes e opressivas da sociedade. Nesse sentido, Ramos (2020) afirma, por exemplo, que as práticas educativas tradicionais, que apenas promovem a educação para o mercado de trabalho, não favorecem a sensibilização dos sujeitos, o que é essencial para manter a ordem social injusta existente.

Outra aproximação que também pode ser apontada entre estes teóricos são as reflexões sobre o papel do patrimônio cultural familiar e como isso afeta diretamente o sucesso acadêmico dos estudantes (Ferreira; Souza, 2018; Ferreira; Souza, 2022; Ramos, 2020). Para Ferreira e Souza (2022), o diálogo entre esses teóricos pode contribuir para a discussão de perspectivas sobre o papel da cultura na formação de uma sociedade e, conseqüentemente, do seu processo educacional.

Ambos são críticos da educação tradicional e elitista, que reproduz as desigualdades sociais. Freire critica a educação bancária, na qual os alunos são tratados como receptáculos de conhecimento, enquanto Bourdieu aponta como a escola, ao valorizar apenas determinados tipos de conhecimento e comportamentos, exclui aqueles que não possuem o capital cultural exigido. Para ambos, a **inclusão** não se resume a uma simples integração, mas implica em uma transformação das práticas pedagógicas e das estruturas sociais que sustentam a exclusão.

Freire e Bourdieu concordam que a educação tem um papel crucial na **transformação social**, embora com ênfases diferentes. Freire vê a educação como um meio de conscientização e libertação, enquanto Bourdieu a vê como uma arena de luta pelo reconhecimento e pela distribuição do capital cultural. Para Freire, a educação deve empoderar os oprimidos para que possam transformar a sociedade. Para Bourdieu, a educação precisa ser mais do que um reflexo das desigualdades sociais; deve ser uma ferramenta de transformação dessas desigualdades.

Tanto Freire quanto Bourdieu reconhecem a importância de considerar as **diferentes experiências de vida** dos alunos. Freire enfatiza o diálogo como forma de respeitar as diferentes culturas e saberes dos alunos, enquanto Bourdieu chama a atenção para como as diferentes origens sociais e culturais dos alunos podem influenciar suas trajetórias educacionais. Ambos, portanto, defendem que a educação deve ser capaz de reconhecer e valorizar essas diferenças.

Na prática educacional, as teorias de Freire e Bourdieu podem contribuir para um modelo de educação inclusiva que vá além da simples presença de todos na escola, e que busque, de fato, a inclusão no sentido de participação plena e equitativa no processo de aprendizagem.

Na pedagogia crítica e emancipatória, a abordagem de Freire pode ser aplicada para promover uma pedagogia que desafie as desigualdades sociais e culturais, tornando a escola um espaço de libertação e transformação.

Na valorização do capital cultural diverso, Bourdieu nos ensina que é necessário valorizar os diversos saberes e experiências dos alunos, reconhecendo as múltiplas formas de conhecimento que eles trazem para a escola.

Ambas as teorias defendem que a escola deve ser um lugar onde as estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades sejam desafiadas, de modo que todos os alunos, independentemente de sua origem social, possam ter acesso igualitário ao conhecimento.

A educação inclusiva, a partir das teorias de Paulo Freire e Pierre Bourdieu, pode ser entendida como um processo contínuo de **transformação social** que envolve tanto a mudança das estruturas educacionais quanto a promoção de uma pedagogia que reconheça e valorize as diversidades de experiências e saberes dos alunos. O **diálogo e a crítica** à reprodução das desigualdades sociais e culturais são centrais para ambas as abordagens, e suas ideias podem contribuir para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

A inclusão na escola comum permite que alunos com diferentes características (seja de deficiência, origem, cultura ou condição social) convivam e aprendam juntos. Isso ajuda a criar um ambiente mais diverso, onde todos podem aprender a respeitar as diferenças, desenvolver empatia e conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pierre Bourdieu e Paulo Freire deixaram um legado teórico que desperta muitas reflexões ligadas à área de Educação, e conseqüentemente a Educação inclusiva. As interseções de suas teorias fornecem, pois, um rico terreno para explorar novas abordagens na educação inclusiva e seus estudos podem justificar e auxiliar no entendimento do cenário atual da educação brasileira. Ao aplicar as teorias de Bourdieu, por exemplo, podemos desvendar as sutilezas das desigualdades na educação e buscar maneiras de tornar a aprendizagem mais acessível e relevante para todas as pessoas.

Ao defender uma pedagogia de sonhos possíveis (Freire, 2011), a pedagogia de Paulo Freire apresenta-se como um estímulo e inspiração para os que atuam na área educacional à medida que

resgata um aprofundamento nos sentimentos e a busca por soluções para aprofissão de educador e para o campo da formação em escolas.

Em contrapartida, a aplicação de conceitos e reflexões do teórico crítico reprodutivista Pierre Bourdieu, que dedicou muito da sua trajetória para esclarecer o papel da escola e a sua forma de disseminação e perpetuação do poder das classes dominantes, pode contribuir para o desvendamento das sutilezas e das desigualdades na educação e assim ajudar na busca de maneiras de tornar a aprendizagem mais acessível e relevante para todas as pessoas.

Espera-se, pois, que a inspiração e discussão sobre estes teóricos críticos, proposta neste artigo, promova no leitor uma perspectiva crítica sobre a realidade da inclusão escolar de pessoas com deficiência no Brasil e estimule o processo reflexivo e prático sobre uma educação emancipatória tendo em vista o desenvolvimento de práticas educativas que não apenas abordam as desigualdades, mas também celebrem a diversidade e promovam uma aprendizagem genuinamente inclusiva.

A relevância deste estudo, também, reside na sua contribuição potencial para políticas educacionais, práticas pedagógicas e formação de educadores, fornecendo informações para a implementação de estratégias mais eficazes e inclusivas em ambientes educacionais. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, entender e aplicar estas teorias não são apenas uma questão acadêmica, mas uma necessidade prática e urgente.

A teoria de Paulo Freire e a teoria de Pierre Bourdieu são fundamentais para a reflexão sobre a educação inclusiva, pois ambas oferecem perspectivas críticas sobre os processos de ensino-aprendizagem, as desigualdades sociais e as dinâmicas de poder que permeiam as instituições educacionais. Embora tenham abordagens e ênfases distintas, ambas as teorias oferecem contribuições valiosas para a compreensão de como tornar a educação mais acessível, justa e capaz de atender à diversidade de alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Ferreira de; DAMASCENO, Alan Rocha. Políticas públicas de educação inclusiva: reflexões acerca da educação e da sociedade à luz da Teoria Crítica. *Textura*, v. 19 n.39, jan./abr.2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2083>. Acesso em: 10 dez 2023.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos em Educação*. 9 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos em Educação*. 9 ed., Petrópolis, RJ : Vozes, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados da capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos em Educação*. 9 ed., Petrópolis, RJ : Vozes, 2007c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Federal no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1996. Disponível: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Decreto 6.949/2009. Promulga a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 8 dez.2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal no 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 08 jun.2023.

CARVALHO, Rosita Elder. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FERREIRA, Jovanka Mariana de Genova; SOUZA, Gisele Pereira de. Reflexões acerca do movimento ‘Escola sem Partido’ inspiradas pelas teorias de Paulo Freire e Pierre Bourdieu. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 11, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/9528/5551>. Acesso em: 04 dez. 2023.

FERREIRA, Jovanka Mariana de Genova; SOUZA, Gisele Pereira de. Cultura e educação: contribuições de Bakhtin, Freire e Bourdieu. Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 126-148, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/31620/24659>. Acesso em: 04 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, H. A. On Critical Pedagogy. New York: Continuum International Publishing Group, 2013.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A Educação do Deficiente no Brasil: Dos Primórdios ao Início do Século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Orgs.). Pierre Bourdieu. Escritos em Educação. 9 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RAMOS, Jhonathas Armond Assis. Pierre Bourdieu e Paulo Freire: um diálogo pela Educação. Revista Entreideias, Salvador, v. 9, n. 3, p. 9-28, set/dez 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/31899>. Acesso em: 05 dez. 2023.

RIBEIRO, Ernani Nunes; SIMÕES, José Luís; PAIVA, Fábio da Silva. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 210–226, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/669>. Acesso em: 20 maio 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.